



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº 17559/16

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – PENSÃO – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS DO BENEFÍCIO – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO CONCESSÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

**ACÓRDÃO AC1 TC 00434 / 2018**

1. DADOS SOBRE A PENSÃO:

1.1. BENEFICIÁRIO E NATUREZA DO BENEFÍCIO:

<b>YOLANDA DE ALMEIDA FIGUEIREDO</b>	<b>Vitalícia</b>
--------------------------------------	------------------

1.2. SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

1.2.1. Nome: **ADALBERTO DE FIGUEIREDO MARTINS LIMA**

1.2.2. Matrícula: **16.073-3**

1.2.3. Cargo: **Ilustrador**

1.3. ATO CONCESSIVO:

1.3.1. Data: **14/10/2011**

1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Estado de 25/10/2011**

1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPREV, Hélio Carneiro Fernandes**

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **a Auditoria concluiu, após análise de defesa<sup>1</sup> (fls. 41/42) pela legalidade da pensão, razão pela qual sugeriu o registro do ato concessório, formalizado pela Portaria de fls. 13.**

3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.**

4. VOTO: **considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, o beneficiário preencheu os requisitos legais à percepção do benefício, o ato foi expedido por autoridade competente e os cálculos estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato e pela concessão do competente registro.**

**ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato, expedido por autoridade competente, em favor do beneficiário apto e do correspondente cálculo, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.**

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.  
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB  
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa  
João Pessoa, 01 de março de 2018.

jtosm

<sup>1</sup> A Auditoria, às fls. 28/30, havia concluído inicialmente pela legalidade da pensão e concessão do registro ao ato concessório de fls. 13.

Assinado 2 de Março de 2018 às 10:58



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 1 de Março de 2018 às 13:12



**Cons. Marcos Antonio da Costa**

RELATOR

Assinado 6 de Março de 2018 às 09:37



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO